

SEMINÁRIO A MULHER E A MÍDIA 6

SISTEMATIZAÇÃO DE PROPOSTAS PARA A CONFECOM

Na construção do documento, incluir os princípios que defendemos para a comunicação: comunicação como um direito, participação popular, pluralidade e diversidade etc

Propostas da Mesa 1 – convergência nas comunicações

- Construção de políticas que promovam a apropriação das novas tecnologias pelas mulheres
- Garantia para que o Plano Nacional de Banda Larga atenda também aos usuários/as
- Construção de políticas para garantir a participação das mulheres e a perspectiva de gênero, raça, etnia, orientação sexual e idade nos espaços sobre decisão e regulação da internet, incluindo aí o debate sobre o marco civil da internet no Brasil
- Desenvolvimento de políticas de educação para a convergência e uso das informações na internet
- Defesa da neutralidade de rede

Mesa 2 – TV pública

- Desenvolvimento de políticas de promoção da equidade de gênero nas TVs públicas e educativas
- Incentivo à produção de conteúdo nas emissoras públicas
- Construção de parâmetros para a veiculação de conteúdo de qualidade
- Desenvolvimento de critérios objetivos e transparentes para a concessão e renovação de outorgas
- Reserva de espectro para o sistema público e comunitário
- Construção de um novo marco regulatório para as TVs públicas e de um sistema público de comunicação, propondo a transversalidade das mulheres neste sistema, com mecanismos para coibir o abuso da imagem da mulher na mídia.
- Construir uma política de financiamento que garanta a independência das emissoras educativas em relação ao orçamento dos governos estaduais
- Formação de um fundo público para a promoção da comunicação pública, com utilização de recursos do pré-sal, do FUST, do Fundo Setorial do Audiovisual, dos recursos da Ancine para produção independente, entre outras fontes
- Construção de mecanismos de monitoramento, participação popular e controle social nas emissoras de rádio e TV, assegurando a participação ativa e constante da sociedade no monitoramento do conteúdo veiculado
- Defesa da ampliação da participação das mulheres nos conselhos das emissoras públicas
- Regulamentação da publicidade dirigida a crianças

Mesa 3 – produção de conteúdo

- Garantia de recursos públicos (técnicos, financeiros, de conhecimento) para produção de

conteúdo pelas mulheres, de forma que ela alcance o público em geral – e não apenas as mulheres, saindo do gueto geralmente reservado a nós nas grandes empresas comerciais

- estimular a produção e difusão de conteúdos não discriminatórios e não estereotipados, valorizando as dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade.
- Direito de antena para veiculação da produção das mulheres
- Defesa de que o conteúdo veiculado seja considerado um critério para a concessão e renovação das outorgas de rádio e TV
- Promoção dos valores colaborativos e de produção compartilhada de conteúdo pelas mulheres
- Criar prêmios, concursos, editais com recursos públicos, direcionado-os para a garantia da promoção da diversidade regional, de gênero, étnico-racial, de orientação sexual e etária etc na produção de conteúdo
- Defender a legislação e regulamentação do setor, lutando pela aprovação do PL que regulamenta a regionalização da produção na TV e garantindo a diversidade de conteúdo no processo de digitalização do rádio e da TV.
- Desenvolvimento de políticas para sensibilização e capacitação de profissionais de comunicação para a questão de gênero, raça, etnia, orientação sexual e idade.
- Criação de uma política de comunicação para a igualdade racial, envolvendo ações de educação (nos cursos de comunicação em geral); realizando um senso nas redações de empresas públicas e privadas; garantindo financiamento efetivo para publicação alternativa e negra e incentivo às redes sociais e pontos de cultura que trabalham com cultura negra; desenvolvimento um programa de formação para a juventude negra em comunicação.
- Apoio, fortalecimento e fim da criminalização das rádios comunitárias
- Promoção da cidadania comunicacional
- Defesa da regulamentação da profissão de jornalismo

Ações para o movimento de mulheres:

- Criar página na internet para veicular a produção própria das mulheres
- Desenvolver ações de monitoramento, construindo alianças com jornalistas e observatórios de mídia
- Desenvolver ações que chamem a atenção da mídia para a questão da intolerância religiosa

Mesa 4 – O olhar das mulheres sobre a Conferência de Comunicação

- Defesa da inconstitucionalidade do Decreto Presidencial que instituiu o Sistema Brasileiro de TV Digital
- Construção de um Conselho Nacional de Comunicação independente, com capacidade de monitorar e regular o setor de comunicação.
- Construção de um Plano Nacional de Comunicação
- Implementação de um Código de Ética para os meios de comunicação
- Transformar espaços públicos, como escolas, bibliotecas e casas de cultura, em pontos de mídia, equipando esses espaços para que possam funcionar para essa produção de conteúdo
- Reativação do Conselho de Comunicação Social do Senado, para fiscalização e punição das emissoras de rádio e TV, atuando em relação a temas como a classificação indicativa

- Desenvolvimento de políticas de educação para a mídia nas escolas e universidades.

Questão sobre concessões de rádio e TV para instituições religiosas (não consensual)

Proposta 1: • Garantir a laicidade dos meios de comunicação, regulamentando o sistema de outorgas de modo a adotar rigor na fiscalização e administração do espectro a fim de não permitir proselitismo religioso, perseguição às religiões de matrizes africanas e nem a ocupação indiscriminada da grade das emissoras.

Proposta 2: • Fim das concessões para todas as igrejas.

Ações para o movimento de mulheres:

- Elaborar um relatório sobre a imagem da mulher na mídia, com dados específicos sobre a situação no Brasil
- Construir redes de monitoramento do conteúdo, fortalecendo a Rede Mulher e Mídia
- Elaborar uma proposta de moção comum sobre mulher e mídia para ser apresentada nas etapas estaduais e nacional da Confecom